

Cinco interesses ocultados por Moscou (e pela crítica Ocidental) na Guerra da Ucrânia

Edu Silvestre de Albuquerque¹

Resumo

Os serviços secretos ocidentais e as grandes corporações globais do setor de informação têm sido acusados constantemente de manipulação da informação na Guerra da Ucrânia. Mais raro são estudos apontando essa manipulação da informação pelo Estado Russo; manipulação esta que envolve aspectos muito mais profundos do que o controle estatal da imprensa moscovita. Neste ensaio, abordamos elementos e perspectivas de ordem geopolítica que costumeiramente são negligenciados pelos críticos da posição ocidental no conflito ente Rússia e Ucrânia.

Palavras-chave: Geopolítica; Ucrânia, Rússia.

Five interests hidden by Moscow (and the West) in the Ukrainian War

Abstract

Western intelligence services and large global intelligence corporations have been consistently accused of manipulating information in the Ukrainian War. More rare are studies pointing out this manipulation of information by the Russian state, and which involves much deeper aspects than state control of the Moscow press. In this essay, we approach geopolitical elements and perspectives that are usually neglected by critics of the Western position in the Russo-Ukrainian conflict.

Keywords: Geopolitics; Ukraine, Russia.

1 Doutor em Geografia, Docente do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da UFRN.

Introdução

Virou senso comum entre nossos analistas brasileiros de Geopolítica e Relações Internacionais condenar o Ocidente, em especial a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e os EUA por manipulação das narrativas acerca da Guerra da Ucrânia. De forma geral, estes reproduzem argumentos do próprio presidente russo Vladimir Putin, que justifica sua guerra para impedir a expansão da OTAN na direção das fronteiras russas e ainda defender as minorias russas na região do Donbass. Mas os objetivos geopolíticos da Rússia são muito mais profundos, e certamente Moscou também executa sua própria manipulação de narrativas.

É verdadeiro que a guerra moderna envolve uma guerra de narrativas conforme os lados beligerantes e que isto é cada vez mais potencializada pelas redes sociais. Contudo, reduzir todos os lados de um conflito a uma mera disputa de narrativas corresponde a uma manobra intelectual da pós-modernidade que acaba por relativizar as próprias metanarrativas ou cosmovisões que alicerçam os projetos civilizatórios². Essa manobra intelectual aplicada ao caso da Guerra da Ucrânia, ao relativizar todos os pontos de vista acerca do conflito, acaba justificando as versões da agressão russa.

A Rússia justifica essa invasão na necessidade de segurança de suas fronteiras contra o que percebe como “ameaças externas” (leia-se, OTAN). Na versão dos defensores da Rússia, por conta das invasões orientais o nascente Estado Moscovita não pode diferenciar a luta de defesa de seu território e o movimento expansivo de conquista territorial. Esse argumento não é novo na história russa, e não há dúvida de que os russos realmente acreditam nele. Contudo, essa percepção russa em relação ao mundo exterior nasce muito antes da existência da OTAN, e mesmo antes da realização dos Estados Unidos enquanto potência global. A fase czarista do imperialismo russo é marcada por sangue e conquistas territoriais!³

Mas na tentativa de negar o atual caráter expansionista da ofensiva russa na Ucrânia, a seleção dos fatos históricos é operada apenas a partir de 1991, quando da

²David Harvey (1992) descreve as características do movimento da pós-modernidade nas artes, bem como localiza suas condicionantes ainda na modernidade, no que chama de “regimes de acumulação flexível” (assentado tantos em métodos de organização da produção/trabalho tradicionais quanto em métodos pós-fordistas ou toyotistas).

³Quando Sir Halford Mackinder ministrou em 1904 sua famosa conferência na *Royal Geographical Society* sobre o papel da Área Pivô no controle da Eurásia e do Mundo, a história ainda não registrara todas as atrocidades do Exército Vermelho na ocupação do Leste Europeu durante e após a IIª Guerra Mundial. Mas o Expansionismo Russo já ocorria a passos largos pela Ásia durante toda a fase czarista.

dissolução da União Soviética. A Rússia é, então, apresentada como um país em retrocesso territorial e a OTAN enquanto a personificação do imperialismo expansionista. Alegação esta também improcedente, pois mesmo desconsiderada a história czarista russa, a trajetória de grande parte da atual elite política russa, inclusive de Putin, dentro do Estado começa muito antes de 1991. Sabidamente, Putin fez carreira no serviço secreto soviético (KGB) e na polícia secreta da Alemanha Oriental (Stasi).



Disponível em: <https://imgur.com/r/MapPorn/TtThDtn>

O Ocidente, portanto, tem razões suficientemente fortes para justificar sua cautela em relação às políticas de Moscou. Aliás, tal cautela nem precisaria ser justificada com tantos exemplos históricos e geopolíticos, bastando conversar com poloneses, ucranianos ou outros povos do Leste Europeu, do Cáucaso ou da Ásia Central, que sofreram com a ocupação russa desde o pós-guerra. As próprias comunidades polonesas e ucranianas do Sul do Brasil podem contar essa triste história.

Mas não vamos duvidar *a priori* dessa versão de autodefesa das elites políticas russas, que atravessou os tempos imperiais e soviético, para acabar reproduzida da boca de Putin. Desejamos apenas ressaltar que, em verdade, a busca de ampliação da segurança não é exclusividade do Estado Russo. E ainda mais além, se é uma prerrogativa válida para o gigante territorial e militar russo (que reúne um oitavo das terras emersas do planeta e o terceiro maior investimento militar global), é ainda mais premente para os pequenos Estados da Europa.

Um estudioso mediano da história europeia saberá que foram os europeus, acuados pela ameaça do expansionismo de Hitler, quem solicitaram o envolvimento dos Estados Unidos na 2ª Guerra Mundial, e não o contrário. A famosa Carta do Atlântico, justamente, é produto da negociação na Conferência do Atlântico entre o primeiro-ministro britânico Winston Churchill e o presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, a bordo do HMS Prince of Wales, e emitida como declaração no dia 14 de Agosto de 1941. O Artigo 2º da declaração diz que as partes “*Não desejam que se realizem modificações territoriais que não estejam de acordo com os desejos livremente expostos pelos povos atingidos.*” A defesa dos valores democráticos aparece ainda no Artigo 3º, ao afirmar que as partes “*Respeitam o direito que assiste a todos os povos de escolherem a forma de governo sob a qual querem viver [...]*”.⁴ Aqui trata-se de um dos fundamentos do direito internacional moderno que, ao final do conflito, seria incorporado na Carta de São Francisco (26 de junho de 1945) como “princípio da autodeterminação dos povos”, base do apoio da ONU aos movimentos de descolonização africanos e asiáticos. Ainda, merece destaque o Artigo 8º, que menciona que os signatários da declaração “*Acreditam que todas as nações do mundo, por motivos realistas assim como espirituais, deverão abandonar todo o emprego da força.*” Esta era uma clara contrapartida estadunidense, com o objetivo de, ao mesmo tempo em que garantia a soberania e integridade territorial dos europeus contra o expansionismo nazista, preparava o caminho para o fim dos sistemas coloniais europeus.

4 Os Estados Unidos tem sido criticado pela aliança com a Arábia Saudita, um regime autoritário e conservador. O que esses críticos são incapazes de perceber é que a única democracia na região é Israel; portanto, qualquer opção de aliança estratégica no Oriente Médio é problemática. De modo que, negar apoio à Arábia Saudita significaria permitir ao Irã não só o controle de parte da península arábica (Iêmen e talvez partes do próprio território saudita), mas o próprio fechamento do Golfo Pérsico. O Irã é a maior ameaça a segurança coletiva regional. Esses críticos também se esquecem que o governo americano tem constantemente pressionado os sauditas por mais democracia e respeito aos direitos humanos, ainda que dificilmente venha a ser reconhecido nesse papel de influenciador em decisões sauditas recentes como a extensão do direito de dirigir veículos às mulheres.

A própria criação da OTAN (4 de Abril de 1949) representa a institucionalização dessa arquitetura da aliança militar inaugurada pela Carta do Atlântico. De modo algum, portanto, a OTAN representa uma imposição estadunidense aos europeus. Ao contrário, trata-se de uma aliança militar mais abrangente que o reducionismo presente no popularizado esquema do chamado “Atlantismo”, que seria um modelo geopolítico definido a partir da aliança anglo-americana, ainda que aí esteja sua origem mais imediata em razão da contingência de guerra.

Aceitos esses argumentos de base racional, a própria expansão da OTAN após a dissolução da URSS, antes de ser uma provocação estadunidense como alega Putin, representa uma busca por maior segurança coletiva dos pequenos países europeus que antes orbitavam Moscou. Evidentemente que trata-se de uma inversão do discurso vitimista de Putin pelos fatos, uma vez que esses pequenos países temem perder novamente sua soberania diante de uma nova expansão da Rússia. Por motivação análoga, esses pequenos países europeus “descolonizados” na era pós-soviética optaram por deixar o efêmero e mal sucedido bloco econômico da Comunidade dos Estados Independentes (CEI) – criado por Moscou para como uma espécie de novo COMECON – para ingressarem na pujante União Europeia. A Ucrânia deseja, portanto, apenas o mesmo que já fora conquistado pelos vizinhos, o ingresso na comunidade europeia de nações; e é esse livre-arbítrio na escolha de suas alianças econômicas e militares que Moscou sempre negou aos ucranianos, ainda que deseje responsabilizar a OTAN por isso.

Estabelecido o contexto da análise, procedemos agora ao indicativo dos cinco elementos que podem ter entrado na equação dos russos em favor da invasão da Ucrânia, mas que não aparecem no discurso oficial do governo russo, e que costumam ser negligenciados nas análises marcadas por um visível tom antiestadunidense predominantes no meio intelectual latino-americano.

1. Busca de vantagem de posição. As vias utilizadas pelos nazistas para invadir a Rússia incluíram as planícies da Ucrânia. O Exército do Norte cruzou a Polônia e os Estados Bálticos para atacar Leningrado. O Exército do Centro cruzou o então território soviético da Bielorrússia para atacar diretamente Moscou. E o Exército do Sul cruzou o território soviético da Ucrânia para atacar Stalingrado

OS TRÊS VETORES PRINCIPAIS DO ATAQUE ALEMÃO



Disponível em: www.raulcarrion.com.br/II_guerra_URSS.asp

Mas as vias que permitem o acesso ao território russo são as mesmas que permitiram aos russos enviarem o Exército Vermelho também na direção da Alemanha. Esse avanço do Exército Vermelho na direção da Alemanha, também permitiu à Moscou o controle dos países ao longo dessas rotas de penetração, no que ficaria conhecida como Cortina de Ferro.

EXPULSÃO DOS NAZIFASCISTAS DO TERRITÓRIO SOVIÉTICO



Disponível em: www.raulcarrion.com.br/II_guerra_URSS.asp

Aliás, a mobilização de tropas russas no front da Guerra Polaco-Soviética de 1919-1921 já ocorrera pelos territórios da Bielorrússia e Ucrânia. E mesmo pouco antes da desnazificação da Europa, novamente essas rotas são utilizadas pelo Exército Vermelho para invadir a Polônia, dividida com os nazistas (Pacto Ribbentrop-Molotov).

O valor geoestratégico dessas rotas que perpassam ao norte a Polônia e os Estados Bálticos, ao centro a Bielorrússia, e ao sul a Ucrânia, está em sua geografia física. São longas planícies que se ramificam entre o mar Báltico e as montanhas dos Cárpatos, ideais para a movimentação das tropas militares no continente eurasiático.

ROTAS ESTRATÉGICAS DO NORTE E DO SUL ENTRE EUROPA CENTRAL E LESTE EUROPEU



Org. pelo Autor.

2. As riquezas da região do Donbass. O valor político do território a partir de suas características físicas faz parte dos pressupostos básicos da geopolítica clássica (RATZEL, 1891 apud MORAES, 1990). Entretanto, esta ideia aparece com frequência nas análises geopolíticas contemporâneas apenas quando se trata de denunciar as estratégias corporativas das empresas petrolíferas ocidentais⁵.

De modo que, em relação a atual Guerra da Ucrânia, os olhos da maioria dos analistas quando se voltam aos oblasts de Lugansk e Donetsk costumam destacar apenas a alegação russa de que se trata de defender uma população amplamente majoritária de russos contra os desmandos de Kiev e de que se trata de uma zona de segurança para a defesa russa.

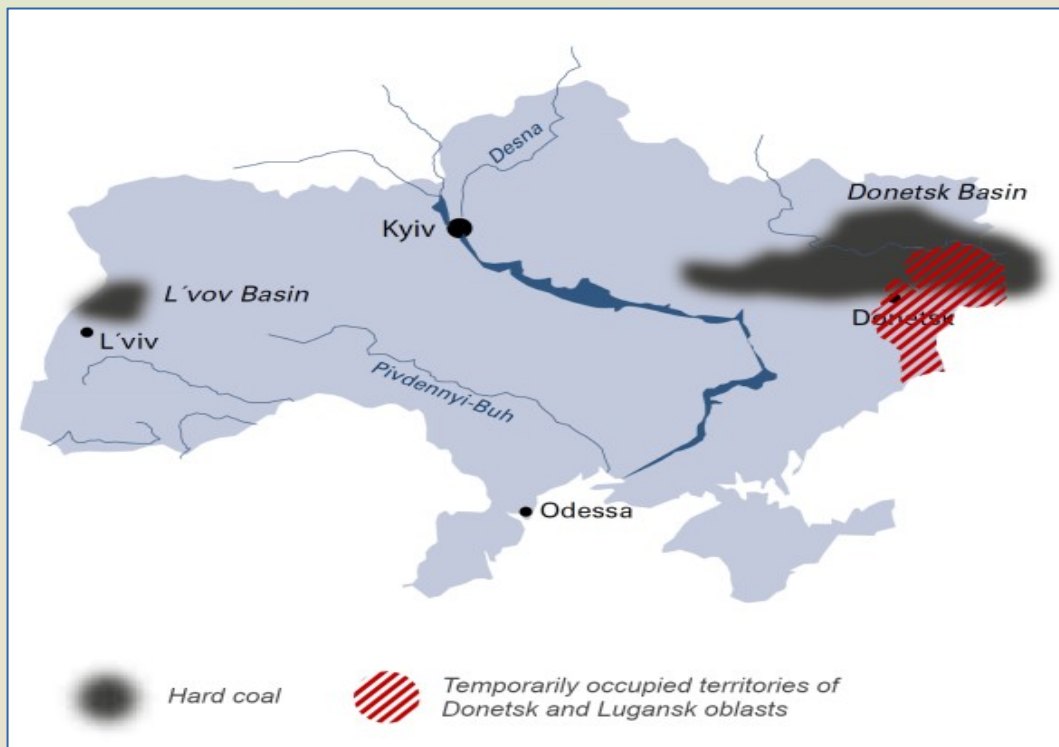
⁵ Exemplo deste procedimento na ciência geográfica é a obra “O novo imperialismo”, de David Harvey, e que ganhou uma edição brasileira pela Loyola, em 2004,

Diferentemente da campanha da Crimeia (anexada pelos russos em 2014), o Donbass não representa apenas um valor estratégico. Essa região da fronteira russo-ucraniana localiza-se na Bacia do rio Don, e inclui uma das maiores bacias carboníferas da Eurásia, cuja exploração viabiliza o enorme parque siderúrgico da Ucrânia herdado dos tempos soviéticos (a outra região densamente industrializada da Ucrânia está na fronteira com a Polônia). O Donbass representa para os russos, portanto, a ampliação de recursos minerais e da base industrial.

Considerando que a competição geopolítica tende a se ampliar também na questão do desenvolvimento industrial, é importante perceber a possibilidade de uma divisão da produção global entre indústrias baseadas em energia limpa e energia suja. Em sua primeira viagem à Europa como presidente eleito dos Estados Unidos, Joe Biden procurou convencer os aliados europeus da necessidade de apoio à conversão dos setores produtivos ocidentais para matrizes de energia limpa.⁶

Evidente que a China é quem terá os maiores custos para uma transição para a economia limpa. O país oriental responde por cerca de metade da produção mundial de aço, cujos altos-fornos ainda consomem carvão mineral. E entre 70 a 75% de toda a produção de eletricidade chinesa também vêm da queima de carvão mineral. Portanto, Donbass pode também representar a garantia de mais reservas de segurança para o abastecimento chinês de carvão mineral.

6 Disponível em: <https://noticias.r7.com/internacional/biden-visita-europa-em-1-viagem-ao-exterior-como-presidente-09062021> Acesso em 18/02/2022.



Disponível em: <https://euracoal.eu/info/country-profiles/ukraine/>

3. O controle dos gasodutos. A Ucrânia faz parte da rede de gasodutos russos que atendem os mercados europeus. Inclusive esses gasodutos foram utilizados por Moscou para barganhar junto ao governo de Kiev, no que ficou conhecido como Conflito do Gás, em 2009.



Esse movimento russo não tem nada de novidadeiro. Na Guerra da Geórgia (2008), quando forças russas foram enviadas aos enclaves autonomistas da Abkházia e Ossétia do Sul, Moscou visava algo mais do que afastar Tbilissi da OTAN. Afinal, corporações petrolíferas ocidentais haviam estabelecido através da Geórgia, um oleoduto que retira dos russos o monopólio da comercialização de petróleo e gás extraído da Bacia do Mar Cáspio (Oleoduto Baku-Tiblissi-Ceyhan). Com esse movimento estratégico, Putin almejava ao menos manter o poder militar ocidental restrito à Turquia, localizada na parte final da rota do oleoduto BTC.



Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Baku-Tbilisi-Ceyhanpipeline\(BTCPipeline\).svg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Baku-Tbilisi-Ceyhanpipeline(BTCPipeline).svg)

4. O expansionismo territorial anacrônico. Ao contrário da propaganda russa, os ucranianos são eslavos e não russos (exceto nos oblasts do Donbass e da Crimeia). Entre o russo e o ucraniano, há só 62% de palavras comuns (diferença de 38%).

Interessante notar que os idiomas ucraniano e o polonês têm entre eles 30% de diferença; a mesma diferença que há, no nível vocabular, entre o francês e o italiano.⁷ Entretanto, pareceria absurdo alguém no ocidente defender a reconstituição do Império Romano por conta da origem latina dos idiomas francês e italiano, salvo claro para aqueles que simpatizam com déspotas como Napoleão ou Mussolini.

O vocabulário ucraniano introduziu menos palavras de outros idiomas quando comparado ao russo, justamente pelo amplo leque de povos e culturas conquistadas pela Rússia desde os tempos imperiais. O Estado Ucraniano remonta à Rússia de Kiev e à resistência dos cossacos (povos nômades) contra os invasores tártaros, detendo uma história própria que difere da expansão russa, esta também com um capítulo originado nos cossacos russos, mas realizada a partir do Principado de Moscou. Como argumento derradeiro, é ainda preciso lembrar que antes de serem englobados pela União Soviética, os ucranianos fizeram parte de diversos outros impérios, como o Polonês e o Áustro-Húngaro. Em suma, a tese de uma única unidade política (Império) para todos os povos eslavos não se sustenta nem nos aspectos culturais, nem na história.

5. O Grande Reset. Para Putin, as sanções ocidentais empurram a Rússia para o Oriente, conectando-a ao mercado financeiro chinês. Mas, diga-se de passagem, que não seria a primeira vez que a Rússia daria um calote nos bancos ocidentais. Esse Grande Reset já está sendo ensaiado há alguns anos pelos chineses e russos, como indica a venda de equipamentos militares russos ao regime de Maduro em troca de reservas venezuelanas de ouro, e o recente anúncio saudita de estudos para a venda de petróleo à China com base no yuan.

Parecendo alheio ao processo de assimilação (tecnologia reversa) posta em prática por Pequim, Putin parece seduzido pela venda massiva de armas russas aos chineses. A Rússia ainda conta com a aceleração de seus projetos de fornecimento de petróleo e gás à China. Esses projetos talvez compensem no longo prazo a suspensão (temporária?) pela Alemanha da licença de operação do Gasoduto Nord Stream 2.

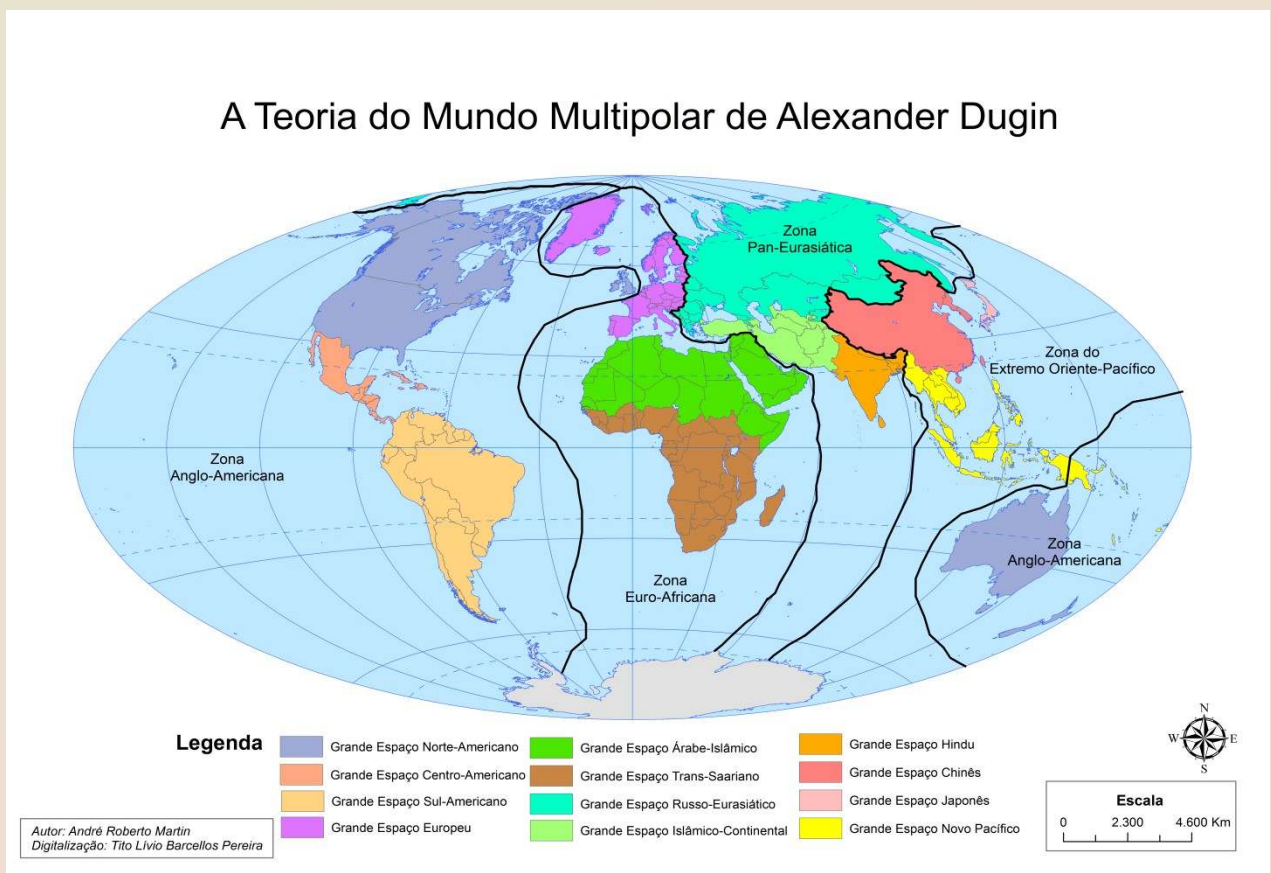
De qualquer forma, enquanto o Ocidente busca uma retomada econômica baseada em tecnologias limpas, a Rússia está pronta a oferecer seja gás natural, seja também petróleo e carvão mineral em abundância ao parque industrial chinês.

7 Disponível em: ipol.org.br/a-diferenca-entre-os-idiomas-ucraniano-e-russo/ Acesso em 17/03/2022.

Considerações finais

Uma arquitetura multipolar para o sistema internacional não significa necessariamente uma redução das tensões e conflitos internacionais, e inclusive pode significar o contrário, como demonstrado na disputa comercial e militar entre os monopólios de Estado no período do Entre-Guerras (Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha e Japão).

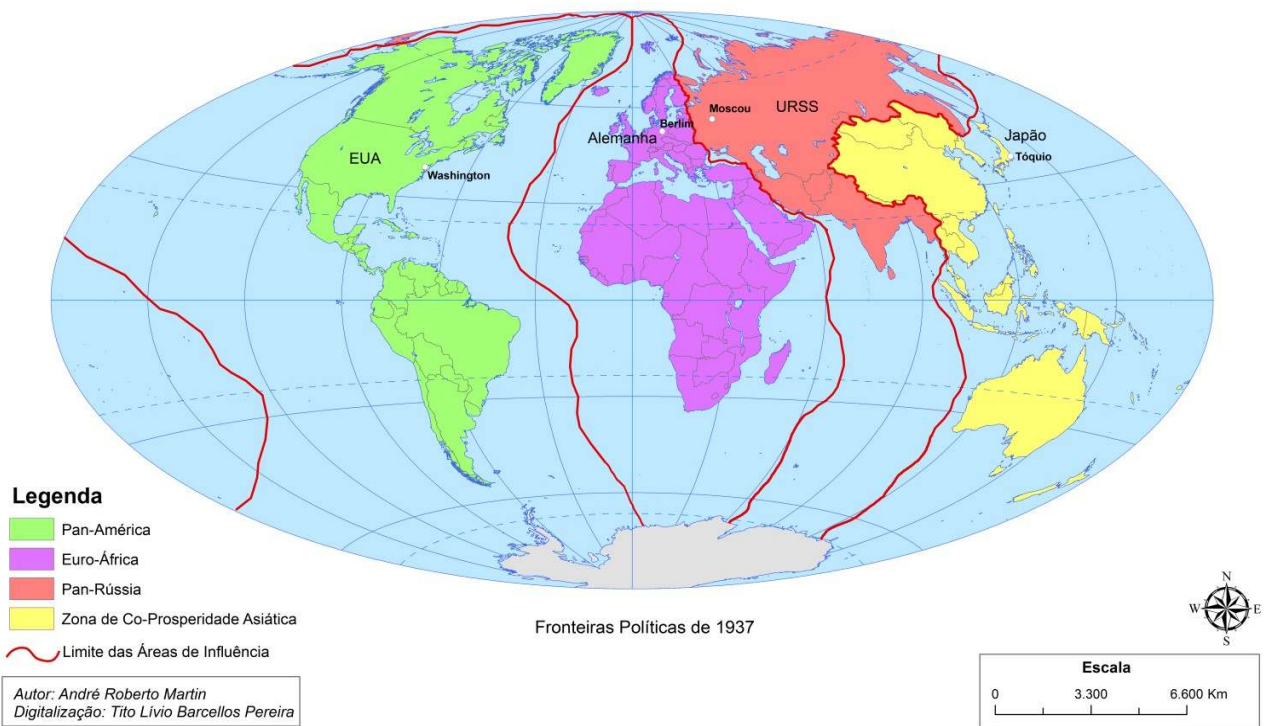
A retomada do projeto da Grande Rússia por Putin sinaliza no sentido de uma ordem geopolítica multipolar, e cuja geideologia pode ser percebida a partir do mapa geopolítico elaborado pelo professor russo Alexandr Dugin.



Dois aspectos devem ser destacados a partir dessa leitura cartográfica russa. O primeiro é que trata-se de uma arquitetura de ordem internacional baseada num grupo seleto de potências diretoras localizadas no Hemisfério Norte, onde evidentemente a

Rússia seria uma delas. O segundo é que cada uma dessas potências diretoras teria enormes faixas de “cooperação” no sentido do Hemisfério Sul, lembrado a velha cartografia dos sistemas coloniais europeus.

As Pan-Regiões de Karl Haushofer (1937)



A analogia da cosmovisão de Dugin com as pan-regiões projetadas pelo general nazista Karl Haushofer (1937) é notória; ambas indicativas de uma base totalitária na relação entre potências diretoras e países periféricos. Em conclusão, os projetos de hegemonia em relação aos entornos estratégicos, por vezes, podem vir travestidos de discursos libertadores e restituidores do senso de justiça na arena internacional, caso do atual discurso de Putin, mas nem por isso deixam de representar as velhas e anacrônicas aspirações territorialistas e privilégios de mercado da fase dos impérios.

Referências

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. **Uma breve história da geopolítica**. Rio de Janeiro: CENEGRI, 2011.

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de; ROCHA, Dyego Freitas. Revisando o conceito de Heartland na Política de Contenção Ocidental do séc. XXI. **Revista de Geopolítica**, Natal, v. 5, nº 1, p. 1-14, jan./jun. 2014.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

MACKINDER, Halford J. O pivô geográfico da história. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 88-100, 2011.

MATOS, Dídimo. O neo-eurasianismo e o redespertar russo. **Revista de Geopolítica**, Natal, v. 3, nº 2, p. 71-79, jul./dez. 2012.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo da geopolítica?** São Paulo: Hucitec/Edusp, 1999.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990,

ONU. Carta das Nações Unidas. Impresso pelo Centro de Informação da ONU para o Brasil (UNIC Rio de Janeiro). Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2021-08/A-Carta-das-Nacoes-Unidas.pdf> Acesso em 16/03/2022.

RUIZ PALMER, Diego. **A Strategic Odyssey: Constancy of Purpose and Strategy-Making in NATO, 1949-2019**. Rome: NATO Defense College, 2019. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/resrep19967.9?seq=1#metadata_info_tab_contents Acesso em 15/03/2022.

SOUSA, Danilo Rogério de. A Nova Geopolítica Russa e o Eurasianismo. **Revista de Geopolítica**, Natal, v. 3, nº 2, p. 61-70, jul./dez. 2012.